



RELATÓRIO ANUAL

DAS

DEMONSTRAÇÕES

REGULATÓRIAS

2025

Conteúdo

Relatório da Administração:

- Carta do Presidente
- A Empresa
- Estrutura Organizacional
- Governança Corporativa
- Estrutura e Ambiente da Prestação de Serviços
- Aspectos Operacionais
- Indicadores Sociais Externos
- Investimentos
- Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos
- Indicadores Sociais Internos
- Dimensão Econômica Financeira
- Indicadores econômicos
- Balanco Social

Demonstrações Contábeis:

- Balanco Patrimonial
- Demonstrativo do Resultado
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2025, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, para a sociedade, colaboradores, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

Em 2025 a Cotel implantou uma série de melhorias voltadas à qualidade e continuidade do fornecimento de energia e ao atendimento aos consumidores. Foram investimentos em melhorias de rede, especialmente com a instalação de equipamentos de proteção e manutenção preventiva. Os principais canais digitais foram atualizados – atendimento pelo whatsapp, aplicativo Cotel Mobile e agência virtual foram reestruturados, garantindo mais segurança para os dados e mais praticidade para os consumidores. Processos internos, como a suspensão do fornecimento de energia por inadimplência e os despachos de atendimentos emergenciais foram revisados com o objetivo de proporcionar mais qualidade no serviço prestado e aumentar a satisfação dos consumidores.

Num cenário de constante mudança, com novos agentes, novas tecnologias e novos desafios surgindo a cada dia, a Cotel segue se destacando pelo trabalho realizado. A Companhia segue aplicando uma das menores tarifas entre as distribuidoras de todo o país - sem deixar de investir em melhorias, na capacitação da equipe e em projetos que contribuam para construir uma cidade cada vez melhor para todos.

Rafael Rogiski

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores “.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 57 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cocol manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cocol renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

Política de Igualdade

A Companhia adota Política de Igualdade entre Homens e Mulheres voltada à promoção da igualdade de oportunidades, prevenção à discriminação e ao assédio, valorização da diversidade e ampliação da participação feminina na governança, em conformidade com a Lei nº 15.177/2025, que alterou a Lei nº 6.404/1976 e a Lei nº 13.303/2016.

Em atendimento à legislação aplicável, apresentam-se, a seguir, os dados e indicadores requeridos:

<p>Relatório de Indicadores de Igualdade entre Mulheres e Homens Modelo de demonstrativo para divulgação anual de indicadores de igualdade, em conformidade com a Lei nº 15.177/2025 e boas práticas de governança.</p>
--

1. Distribuição de empregados por nível hierárquico

Nível hierárquico	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Alta administração	0	4	4	0
Gerência/apoio	8	13	21	38
Corpo técnico/administrativo	12	12	24	50
Operacional	0	40	40	0

2. Participação feminina na administração

Cargo de administração	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Conselho de Administração	3	8	11	27
Diretoria	0	4	4	0
Conselho Fiscal	3	2	5	6

3. Comparação de remuneração por sexo (cargos equivalentes)

Cargo/função	Remuneração média mulheres	Remuneração média homens
Advogado Sr	R\$ 14.853,00	R\$ 18.334,76
Assistente administrativo II	R\$ 5.904,64	
Assistente administrativo III	R\$ 8.024,87	R\$ 6.042,91
Assistente administrativo V	R\$ 9.236,82	R\$ 11.039,99
Assistente administrativo VI	R\$ 13.070,54	R\$ 15.054,90
Assistente técnico I	R\$ 4.826,67	R\$ 4.663,45
Assistente técnico V	R\$ 13.678,70	
Assistente técnico VI		R\$ 10.545,22
Auxiliar serviços administrativos	R\$ 5.225,13	R\$ 1.343,26
Contador		R\$ 13.043,16
Eletricista I		R\$ 5.172,99
Eletricista II		R\$ 6.900,00
Eletricista III		R\$ 8.180,38
Engenheiro elétrico		R\$ 22.729,29
Operador/controlador		R\$ 6.361,74
Técnico de informática		R\$ 15.277,99
Técnico contábil		R\$ 9.642,31
Técnico em eletrotécnica II		R\$ 10.614,95
Técnico em eletrotécnica IV		R\$ 12.676,23

4. Evolução anual dos indicadores

Indicador	2024	2025
% de mulheres na empresa	24	22
% de mulheres em cargos de liderança	21	38
% de mulheres na administração	46	30

Estrutura Organizacional

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscal examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto atualmente por 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por até 3 (três) vezes consecutivas. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades Anônimas (6.404/1976), na Lei das Estatais (13.303/2016) e no Regimento Interno do Conselho de Administração;

Conselho Fiscal: Composto atualmente por 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por até 2 (duas) vezes consecutivas. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades Anônimas (6.404/1976), na Lei das Estatais (13.303/2016) e no Regimento Interno do Conselho Fiscal;

Diretoria: Composta atualmente por 4 (quatro) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por até 3 (três) vezes consecutivas;

Controladoria e Compliance: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Através da Portaria nº 009/2019, de 01 de novembro de 2019, a diretoria Executiva da Companhia Campolarguense de Energia, tendo em vista a Resolução Normativa da Aneel nº 787 de 24/10/2017, redefiniu a Controladoria Interna, determinando que a função de Compliance fosse incorporada as responsabilidades da Controladoria, que passou a se chamar “Controladoria & Compliance”, visando assegurar em conjunto com as demais áreas da concessionária, a necessária adequação, fortalecimento e funcionamento do sistema de controles internos, procurando mitigar os riscos, em conformidade com as normas legais e regulatórias.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Auditoria Interna: Através da Ata 122ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 28 de outubro de 2016, com base na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, em especial ao art. 9º, inciso III, § 3º, foi implementado a área denominada Auditoria Interna, a qual é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2025	2024
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S. S. – EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 144.504 habitantes, segundo estimativas do IBGE de 2025.

Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Desde que a Lei 13.709/2018 entrou em vigor, a Companhia vem se adaptando às mudanças impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados, no que tange a governança de dados pessoais dos consumidores, fornecedores, empregados e todas as partes envolvidas com a Cocel.

Foi iniciado o processo de adequação, para que a Companhia atenda à legislação e evite, assim, que a Cocel sofra sanções futuras. Em atendimento à LGPD, em outubro de 2020 a diretoria da Cocel expediu uma Portaria delegando funcionários da Companhia para formarem um grupo de estudos, visando a implementação das mudanças advindas da Lei 13.709. Em junho de 2021 foi nomeado o Encarregado de Dados da Companhia, por meio de Portaria expedida pela Diretoria Executiva da Cocel. Foi elaborada a Política de Privacidade, a qual consta devidamente disponibilizada

no site da Cocel juntamente com o contato do Encarregado de Dados da Companhia, com vistas a facilitar a comunicação dos titulares de dados com a Companhia, no caso de alguma demanda envolvendo dados pessoais.

Atendimento aos consumidores

Comparando os números do ano 2024 e 2025 - houve um aumento expressivo em relação ao ano anterior, porém esse crescimento se deve principalmente a um maior número de atendimentos realizados pela agência virtual.

O aumento no número total de atendimentos foi de 35,01%, sendo que houve uma redução de 3,48% no atendimento presencial, aumento de 50,58 % pelos canais da agência virtual, aumento de 110,75% nos outros canais e uma redução de 3,48% nos atendimentos telefônicos.

Ainda que tenha ocorrido um aumento no número de atendimentos é possível perceber a migração dos canais telefônicos para os demais canais de atendimentos.

A Cocel disponibiliza os seguintes canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleadendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (atendimento 24 horas todos os dias da semana).
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: atendimento@cocel.com.br – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.
- WhatsApp – (41) 99123-2121

O sistema de treinamento da companhia para os atendentes tem como objetivo buscar a atualização constante e acompanhamento contínuo, oferecendo suporte do gestor da área aos atendentes e consumidores da companhia.

TOTAL DE ATENDIMENTOS				
Canais de Origem	2024	2025	Crescimento 2024/2025 (%)	Em relação ao total (%)
Telefônico	68.257	65.882	-3,48	12,73
Presencial	64.227	58.826	-8,41	11,36
Agência virtual	225.866	340.101	50,58	65,69
Outros	25.099	52.897	110,75	10,22
	383.449	517.706	35,01	

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 12 agentes arrecadadores conveniados e contratados, como lotéricas e outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município. A partir de 2023 os clientes da COCEL passaram a ter a opção de realizar o pagamento das faturas também por PIX. Enquanto o pagamento realizado em outros agentes arrecadadores pode demorar até dois dias úteis para ser compensado para a concessionária, com o PIX a compensação ocorre em poucos minutos. O QR Code para pagamento por PIX está disponível em todas as faturas da COCEL.

Ouvidoria

A Ouvidoria tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de comunicação entre a concessionária e a ANEEL. Em 2025 a Ouvidoria tratou 146 manifestações de consumidores, entre solicitações de informações, denúncias, elogios, sugestões e reclamações. Foi reconhecida como uma das melhores Ouvidorias do país, recebendo o troféu de segundo lugar no Prêmio ANEEL de Ouvidoria.

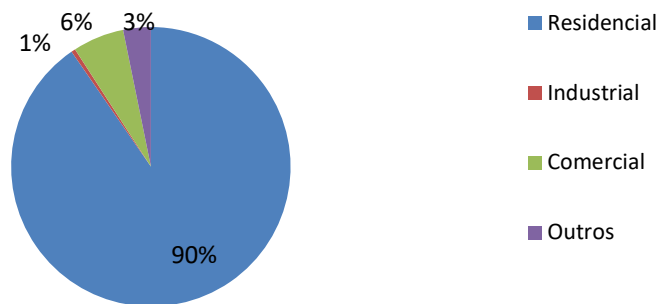
Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

Número de consumidores: O ano de 2025 encerrou com o total de 58.721 unidades consumidoras. O número de unidades consumidoras cresceu 1,70% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 89,99% do número total de consumidores.

Classes	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	48.980	50.081	51.836	52.782	54.651
Industrial	368	343	322	299	306
Comercial	3.602	3.746	3.467	3.512	3.594
Rural	1.760	1.700	1.651	1.622	1.389
Poder Público	319	320	367	384	380
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	65	64	65	59	55
Consumo Próprio	3	3	3	3	3
Consumidores Livres especiais	19	21	29	59	88
Total	55.117	56.279	57.741	58.721	60.467
Varição	2,42%	2,11%	2,60%	1,70%	2,97%

Número de Consumidores por Classe

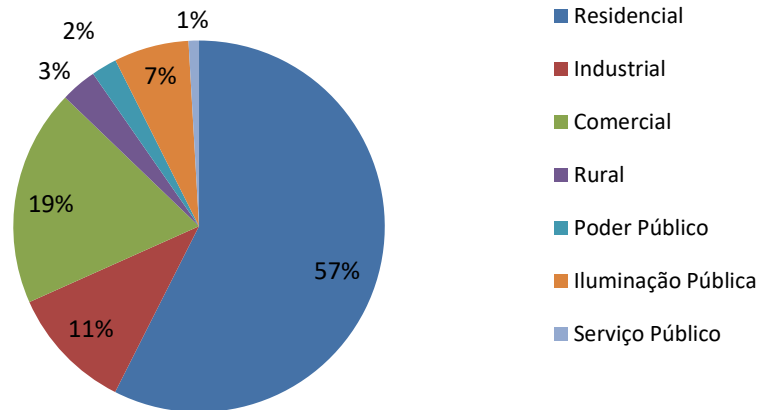


Mercado de Energia Vendida: (MWh)

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2025, totalizou 205.908 MWh. Um decréscimo de 3,79%, comparando com a energia faturada no ano de 2024, que totalizou 214.011 MWh.

Classes	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	91.854	94.605	103.889	111.228	118.211
Industrial	45.063	36.847	36.138	30.537	22.380
Comercial	36.347	39.256	39.621	39.968	38.847
Rural	6.778	6.369	6.611	6.541	6.450
Poder Público	3.092	3.672	4.004	4.460	4.613
Iluminação Pública	12.256	12.221	12.553	12.645	13.432
Serviço Público	6.405	7.074	7.655	8.499	1.725
Consumo Próprio	128	133	136	133	139
Total	201.923	200.177	210.617	214.011	205.797
Varição	3,81%	-0,86%	5,22%	1,61%	-3,83%

Consumo por Classe de Consumidores (GWh)



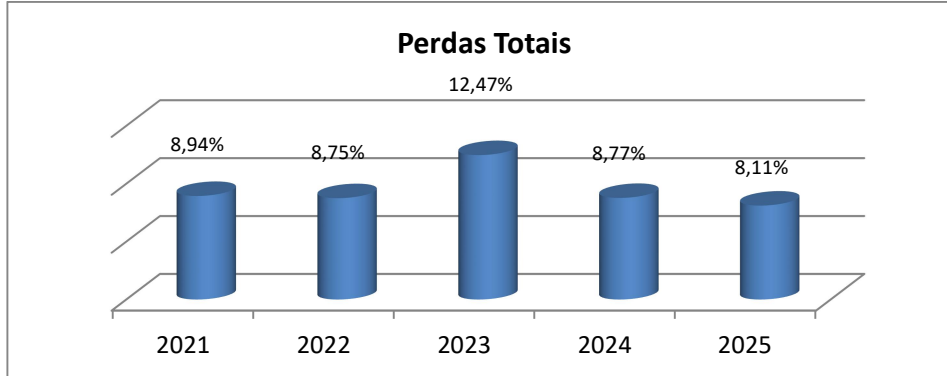
A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2025 adquirida através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador - ANEEL, apresentou um decréscimo de 3,83%, passando de 214.011 MWh em 2024 para 205.797 MWh em 2025.

O consumo de energia dos consumidores livres foi de 183.015 MWh em 2025. Em 2024 foi de 151.992 MWh.

A geração distribuída, energia gerada pelos consumidores, atingiu 9.893 MWh em 2025, contra 7.223 MWh em 2024, acréscimo de 36,97%.

Balanzo Energético

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e as técnicas, foram de 8,11%.



Energia Vendida: (R\$ mil) - bruta

Considera-se como energia vendida bruta, todos os valores cobrados em faturas. O crescimento de 1,72% no faturamento de 2025 foi em função do aumento no número total de consumidores em comparação com 2024.

Classes	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	85.443	72.376	72.914	79.277	87.990
Industrial	35.310	26.841	23.151	18.905	14.917
Comercial	32.719	30.448	28.214	28.509	28.842
Rural	4.850	4.175	4.325	4.395	4.405
Poder Público	2.809	2.910	2.898	3.193	3.498
Iluminação Pública	7.243	5.712	5.119	5.259	6.146
Serviço Público	4.891	4.983	4.841	5.060	1.280
Total	173.265	147.445	141.462	144.598	147.078
Varição	21,60%	-14,90%	-4,06%	2,22%	1,72%

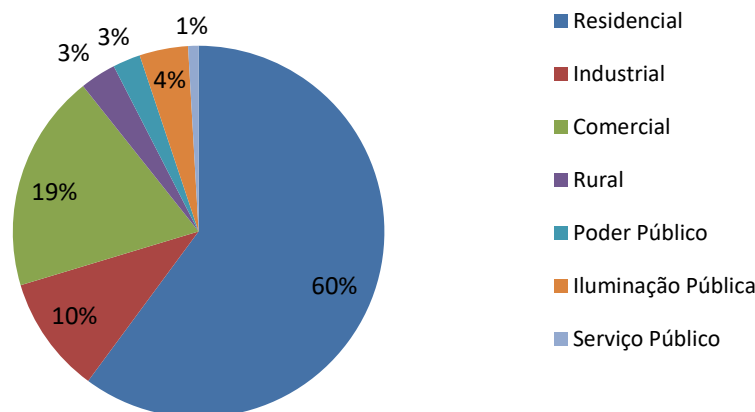
Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres - (R\$ mil)

Classes	2021	2022	2023	2024	2025
Industrial/Comercial	28.628	31.845	34.066	31.848	40.796
ICMS Substituição Tributária	10.992	9.191	6.081	7.609	8.026
Total	39.620	41.036	40.147	39.457	48.822
Variação	19,20%	3,57%	2,17%	-1,72%	23,74%

Receita líquida de energia vendida - A receita decorrente de energia elétrica no exercício, líquida de ICMS e Cofins/Pasep/Pis, importou em R\$ 112.514 mil, conforme quadro a seguir:

Classes	2024	2025
Residencial	60.357	67.658
Industrial	14.223	11.478
Comercial	20.936	21.359
Rural	3.441	3.532
Poder Público	2.369	2.702
Iluminação Pública	4.047	4.782
Serviço Público	3.906	1.003
Total	109.279	112.514
Variação	1,90%	2,96%

Consumo por Classe de Consumidores - R\$

**Tarifa Média**

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2025, R\$ 531,55/MWh, representando um acréscimo de 6,92% em relação ao ano anterior.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2024	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2025
Residencial	561,10	530,89
Industrial	504,32	459,65
Comercial	516,38	494,98
Rural	505,32	478,12
Poder Público	576,12	521,00
Iluminação Pública	356,03	320,07
Serviço Público	546,03	465,77
Tarifa Média	531,55	497,13

Indicadores Sociais Externos**Qualidade Técnica do Fornecimento**

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite

medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC são medidos no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2021	2022	2023	2024	2025
DEC – Conjunto CL – valor apurado	5,23	5,40	7,14	5,28	5,82
DEC – Conjunto CL – limite	9,00	9,00	9,00	9,00	8,00
DEC – Conjunto DCL – valor apurado	8,41	10,22	14,65	11,06	10,24
DEC – Conjunto DCL – limite	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
FEC – Conjunto CL – valor apurado	5,51	3,81	6,52	4,26	4,73
FEC – Conjunto CL – limite	7,00	7,00	7,00	6,00	6,00
FEC – Conjunto DCL – valor apurado	7,21	5,86	7,90	6,46	7,24
FEC – Conjunto DCL – limite	8,00	8,00	8,00	7,00	7,00

Investimentos

Ao longo de 2025 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos	2024	2025
Obras de distribuição	4.594	10.787
Veículos	1.371	-
Outros investimentos	383	207
Total dos Investimentos	6.348	10.994

Origens dos Recursos	2024	2025
Recursos próprios	5.288	8.620
Clientes – Participação financeira	1.060	2.374
Total dos Recursos	6.348	10.994

Sistema de Distribuição – 12/2025

	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	667	147	814
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	761	981	1.742
Postes – unidades	24.029	12.340	36.369
Transformadores – unidades	2.804	2.194	4.998
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	131.031	29.796	160.827

Tarifa Social da Energia Elétrica: A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, e pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2025	2024
Número de residências atendidas	4.697	4.776
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	8,6%	9,1%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.656	1.255
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	1,8%	2,4%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	1.508	1,323

Programa Energia Solidária: Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 20.943/2021, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica e que consomem no máximo 150 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Energia Solidária	2025	2024
Número total de residências atendidas	1.667	2.760
Residências atendidas pelo Programa com relação ao total de consumidores residenciais	3,05%	5,2%
Receita de faturamento do Programa Energia Solidária (R\$ mil)	662	1.068
Faturamento do Programa relação ao total da receita do faturamento residencial	0,7%	1,7%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	693	934

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

O Programa de Eficiência Energética (PEE), uma iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), é um motor fundamental para a transformação do cenário energético brasileiro. Seu objetivo central é promover o uso inteligente da energia elétrica, combatendo o desperdício e otimizando o consumo em diversos setores da sociedade.

O Programa de Eficiência Energética (PEE), regulamentado pela ANEEL, torna obrigatória a implementação de projetos que promovam o uso eficiente da energia elétrica. Essa iniciativa visa reduzir o consumo, minimizar o impacto ambiental e impulsionar a sustentabilidade no setor energético.

Esse programa tem como objetivos principais promover a melhoria da instalação e a redução da demanda e do consumo de energia através da renovação de equipamentos, difundir os conceitos da eficiência energética e da cultura de conservação energética e colaborar para o desenvolvimento sustentável.

As distribuidoras de energia elétrica desempenham um papel crucial na promoção da eficiência energética, destinando parte de sua receita operacional líquida para projetos que impulsionam o uso racional da energia. Essas iniciativas, que incluem a modernização de sistemas elétricos e a conscientização dos consumidores, resultam em benefícios como a redução do consumo, a diminuição dos custos e a preservação do meio ambiente.

Dessa forma, a obrigatoriedade de realizar projetos de eficiência energética é uma estratégia para incentivar as distribuidoras a investirem em práticas sustentáveis e a contribuírem para a redução do consumo de energia no país. Isso não apenas beneficia o meio ambiente, mas também promove a segurança no abastecimento de energia e pode resultar em economias para os consumidores.

A COCEL participou das ONEE- Olimpíadas de Eficiência Energética nas edições de 2024 e 2025. A ONEE é promovida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Programa de Eficiência Energética, e coordenada pelo Instituto Abradee, com recursos do PEE e apoio das distribuidoras. A Olimpíada tem o objetivo de engajar estudantes em atividades que promovam a eficiência energética e a sustentabilidade, além de incentivar a educação sobre o consumo consciente de energia. Voltada aos alunos e professores dos oitavos e nonos anos, a ONEE 2024 teve mais de 240 mil inscritos em todo o país, enquanto a edição 2025 chegou aos 338 mil inscritos. A Cotel investiu mais de R\$ 106 mil nas duas edições da ONEE e realizou blitz educativas em escolas – impactando diretamente mais de dois mil alunos. Os resultados dos estudantes campo-larguenses na ONEE foram muito significativos – em 2024 foram 38 medalhas conquistadas e em 2025, 45 medalhas - a maior parte delas conquistadas por alunos da rede pública.

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Em 2021 foi contratado, pelo período de 36 meses, o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) para realização de um projeto de P&D cujo título é “Técnicas de Data Analytics aplicadas à Otimização da Operação e Manutenção de Transformadores de Potência”. Os transformadores de potência são elementos imprescindíveis na conexão de subestações de energia elétrica (SE) com o sistema elétrico de potência, ademais, por se tratar dos equipamentos mais caros e críticos das subestações, a gestão destes ativos é de suma importância para manutenção da confiabilidade e da operação das SE. O sistema implementado é capaz de emitir diagnósticos operativos dos transformadores, como: carregamento relativo, fator de aceleração do envelhecimento, hotspot, potência aparente, taxa de geração de gases, temperatura para a formação de água livre no óleo, entre outros. Além disso, utilizando Técnicas de Data Analytics, inteligência artificial aplicada na análise dos dados coletados pelo sistema de aquisição e disponibilizados em servidor, o sistema de gestão dos ativos é capaz de emitir saídas relacionadas ao grau de criticidade dos ativos, podendo o usuário registrar procedimentos a adotar para a criticidade apontada pelo sistema, sendo estes procedimentos incrementados ao sistema e utilizados nas inferências posteriores da aprendizagem de máquina. O projeto foi entregue e finalizado em 01/04/2024, sendo que o sistema desenvolvido e aplicado é capaz de emitir diagnósticos operativos dos transformadores, como: carregamento relativo, fator de aceleração do envelhecimento, hotspot, potência aparente, taxa de geração de gases, bem como temperatura para a formação de água livre no óleo.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

Indicadores Sociais Internos

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 89 colaboradores. Em 2024 contávamos com 91.

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.177 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados. Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento). A COCEL mantém convênio para tratamentos odontológicos e com farmácias – que permite o reembolso ao funcionário de 50% ou 65% dos valores gastos com medicamentos (desde que apresentada receita médica). A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 15 mil. Ao longo do exercício, a Companhia investiu o equivalente a R\$ 23 mil em bolsas de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial.

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a Companhia contou em 2025 com 10 estagiários - estudantes que realizam sua complementação de ensino atuando nas diversas áreas da companhia. A COCEL possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando jovens em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 aprendizes desenvolveram atividades na Companhia.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

Receita de Energia: A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 149.093.026,56 em 2025 contra R\$ 145.039.331,55 em 2024, representando um acréscimo de 2,79%, reflexo do aumento no número total de consumidores.

Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 90 consumidores das classes industrial, comercial e serviços públicos que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente o valor da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2025 foi faturado o montante de R\$ 40.795.726,74 contra o valor de R\$ 31.848.160,60 em 2024. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2025 foi cobrado o valor de R\$ 8.026.808,57 e em 2024 o valor de R\$ 7.608.879,90, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 17.912.663,04, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e Rural de Irrigação e Eletrificação, Subvenção sobre redução na tarifa e Subsídio SCEE. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 7.586.639,98 em 2025.

Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 140.040.173,93 em 2025, contra R\$ 138.200.456,66 em 2024. Um percentual de 58,08% em 2025 e de 61,49% em 2024, sobre a Receita Operacional Bruta.

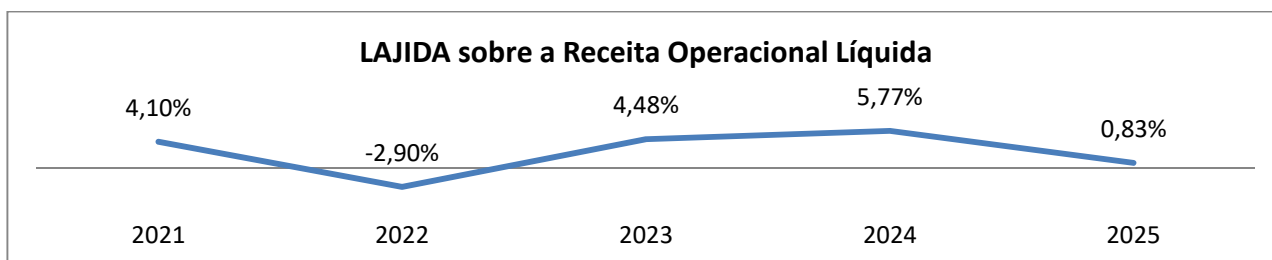
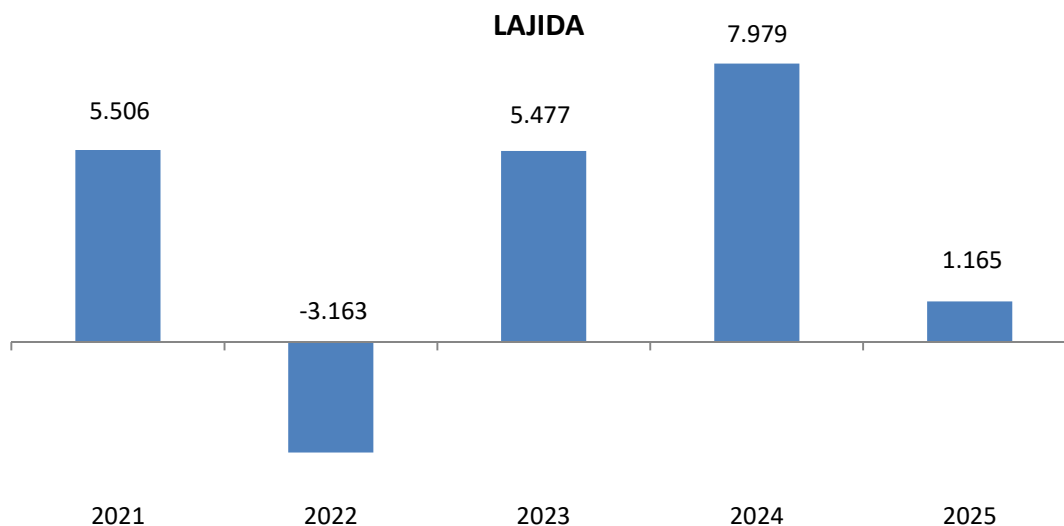
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2025 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 37.425.657,42 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 26,72%. Em 2024 foi de R\$ 43.002.663,46 e o percentual de 31,12%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2025 com o montante de R\$ 38.613.858,54 e a variação de 27,57% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2024 encerrou com o valor de R\$ 37.895.726,39 e variação de 27,42% sobre a ROL e variação de 1,90% (comparando 2025 com 2024).

LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 1.165.390,00, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2024	2025
Resultado das Atividades	5.106.937,07	(1.188.201,12)
Depreciação e Amortização	2.872.408,25	2.353.591,12
LAJIDA/EBITDA	7.979.345,32	1.165.390,00
Receita Operacional Líquida	138.200.456,66	140.040.173,93
Margem do LAJIDA - % (LAJIDA / ROL)	5,77%	0,83%

Os gráficos abaixo apresentam os valores em R\$ (mil) da margem do EBITDA/LAJIDA, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



BALANÇO SOCIAL

	2025			2024		
1) Base de Cálculo	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	140.040			138.200		
Lucro Operacional	(1.993)			3.816		
Folha de Pagamento Bruta	17.980			20.126		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.737	9,66%	1,24%	1.779	8,84%	1,29%
Encargos Sociais sem diretoria	4.813	26,77%	3,44%	4.879	24,24%	3,53%
Previdência privada	64	0,36%	0,05%	63	0,31%	0,05%
Saúde	1.010	5,62%	0,72%	1.223	6,08%	0,88%
Segurança e Medicina no Trabalho	342	1,90%	0,24%	235	1,17%	0,17%
Educação	40	0,22%	0,03%	45	0,22%	0,03%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	48	0,27%	0,03%	51	0,25%	0,04%
Participação nos Lucros ou Resultados	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	8.054	44,79%	5,99%	8.275	41,12%	5,99%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Tributos (excluídos os encargos sociais)	101.843	-	72,72%	88.841	-	64,28%
Total – Indicadores Sociais Externos	109.897	-	78,48%	97.116	-	70,27%

	2025	2024
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	89	91
N.º de empregados terceirizados	62	78
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	50	50
2º Grau	36	38
1º Grau	3	3
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	0	0
De 30 até 45 anos (inclusive)	44	49
Acima de 45 anos	45	42
Admissões durante o período	-	-
Demissões durante o período	02	18
N.º de mulheres que trabalham na empresa	20	22
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	38%	21,4%
Estagiários	07	4
Menor Aprendiz	04	4

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2025			2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração	5,4			5,2		
Nº total de acidentes de trabalho	6			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2025.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2025.

Rafael Rogiski
Diretor Presidente

Henrique Gesser
Diretor Técnico

Luciano Marcos Klos
Diretor Econômico/Financeiro

Samir Moussa
Diretor Administrativo

Odair Sales
Contador CRC/PR 056806/O-9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

ATIVO	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.433	1.636
Consumidores	23.667	18.426
Encargos de Uso da rede elétrica	252	2.204
Serviços em curso	978	2.810
Tributos compensáveis	3.499	700
Almoxarifado operacional	1.374	1.565
Despesas pagas antecipadamente	39	59
Ativos regulatórios	17.796	16.411
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	4.450	3.447
Outros ativos circulantes	4.617	4.603
	58.105	51.859
Não Circulante		
Tributos compensáveis	63.639	734
Depósitos judiciais e cauções	139	69
Investimentos temporários	294	274
Outros ativos não circulantes	-	71.028
	64.072	72.105
Investimentos	1	1
Imobilizados em serviço	85.315	80.915
Imobilizado em curso	6.482	7.488
Intangível em serviços	786	993
	922.583	89.397
	156.655	161.502
Total do Ativo	214.760	213.361
PASSIVO	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	9.122	10.392
Empréstimos, financiamentos e debentures	8.440	7.385
Obrigações sociais e trabalhistas	2.144	2.371
Tributos	20.934	10.714
Provisões para litígios	-	-
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	5.241	5.241
Encargos setoriais	3.063	5.216
Passivos regulatórios	4.703	13.792
Outros passivos circulantes	6.890	3.779
	60.537	58.891
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.812	11.978
Passivos financeiros setoriais	971	884
Obrigações especiais	32.944	32.802
Outros Passivos não circulantes	58.630	57.416
	106.357	103.080
Patrimônio Líquido		
Capital social integralizado	50.000	50.000
Reservas de capital	16.967	18.960
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(19.101)	(17.569)
	47.866	51.391
Total do Passivo	214.760	213.361

Demonstrativo de Resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025	2024
Receita Operacional		
Fornecimento de energia elétrica	149.093	145.039
Disponibilização dos sistemas de distribuição	48.822	39.457
Ativos e Passivos regulatórios	17.792	20.397
Doações, contrib. subvenções vinculadas ao serv. concedido	17.913	11.538
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos	(102)	(64)
Outras receitas	7.587	8.370
	241.105	224.737
Deduções da Receita Operacional		
Tributos		
ICMS	(44.176)	(40.629)
COFINS/Pasep s/vendas	(15.922)	(14.453)
Encargos Parcela "A"		
CDE – Conta de desenvolvimento energético	(39.195)	(28.493)
TFSEE – Taxa de fiscalização	(153)	(137)
Pesquisa e desenvolvimento/ Eficiência energética	(1.326)	(1.288)
Outros Encargos	(293)	(1.536)
	(101.065)	(86.537)
Receita operacional líquida	140.040	138.200
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		
Energia elétrica comprada para revenda	(56.801)	(50.630)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(45.814)	(44.568)
	(102.615)	(95.198)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	37.425	43.003
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		
Pessoal e Administradores	(20.134)	(22.292)
Material	(1.867)	(1.722)
Serviço de terceiros	(12.393)	(9.965)
Arrendamento e alugueis	(345)	(293)
Seguros	(106)	(60)
Doações, contribuições e subvenções	(68)	(25)
Provisões	34	(133)
(-) Recuperação de despesas	337	337
Tributos	(67)	(66)
Depreciação e amortização	(2.354)	(2.872)
Gastos diversos	(1.650)	(805)
	(38.613)	(37.896)
Resultado da atividade de concessão	(1.188)	5.107
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(10.060)	(5.986)
Receitas financeiras	10.033	6.999
	(27)	1.013
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(1.215)	6.120
Imposto de Renda PJ/Contribuição social s/Lucro Líquido	(778)	(2.304)
Participação nos lucros	-	-
Reversão dos juros s/Capital Próprio	-	-
Lucro Líquido do exercício	(1.993)	3.816

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(1.993)	3.816
Ajustes de itens sem desembolso de caixa		
Juros sobre financiamentos	(3.822)	(2.200)
Provisão para contingências	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(34)	133
Depreciação e baixas do imobilizado	5.342	6.811
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	(508)	8.560
(Aumento) redução do ativo		
Contas a receber de clientes	3.256	(130)
Serviços pedidos em curso	(1.831)	(1.228)
Depósitos judiciais	(2.410)	(2.379)
Ativos regulatórios	(69.643)	6.428
Tributos a recuperar	65.703	220
Estoques	(191)	76
Despesas antecipadas	(20)	2.748
Subsídio tarifário e Redução da tarifa equilibrada		
Outros	3.516	760
	(1.619)	6.494
Aumento (redução) no Passivo		
Fornecedores	1.270)	676
Obrigações sociais e trabalhistas	(227)	(372)
Tributos a recolher	16.647	1.625
Encargos setoriais	(2.152)	416
Passivos regulatórios	(6.089)	(3.549)
Passivos financeiros setoriais	87	78
Outros	(2.102)	(14.234)
	1.893	(15.359)
Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais	(3.005)	(306)
Atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(10.994)	(6.073)
Contribuição do consumidor	2.374	(1.021)
Intangível	207	(275)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.413)	(7.369)
Atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimo	11.110	16.476
Amortização de empréstimos	(4.398)	(11.045)
Dividendos distribuídos	-	-
Reavaliação regulatória	(1.505)	(1.321)
Fluxo de caixa originado das (aplicados nas) atividades de	5.206	4.110
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(202)	(3.565)
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial de caixa	1.636	5.201
Saldo final de caixa	1.433	1.636
Variação no caixa	(202)	(3.565)

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucro/Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	50.000	3.821	(16.248)	11.324	-	48.896
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.321)	-	-	(1.321)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	3.816	3.816
Destinação do Lucro proposta a AGO						
- Reserva Legal	-	191	-	-	(191)	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	3.625	(3.625)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.000	4.012	(17.569)	14.949	-	51.391
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.532)	-	-	(1.532)
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	-	-	(1.993)	(1.993)
Destinação do Lucro proposta a AGO						
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	-	-	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	50.000	4.012	(19.101)	14.949	(1.993)	47.866

Companhia Campolarguense de Energia - Cocel
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionada acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão detalhadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

3.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

3.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.6. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O valor reconhecido é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber. Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

3.7. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.8. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

3.9. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

3.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.13 Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. As demonstrações contábeis da Companhia não sofreram impactos decorrentes dessa norma.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito do referido pronunciamento, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente, (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais, (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de impostos, e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia avaliou a nova interpretação e concluiu que não há

incertezas significantes quando da aplicação de tratamentos fiscais que envolvam tributos sobre os lucros, e logo, a interpretação em questão não gera impactos qualitativos e quantitativos para as demonstrações contábeis.

CPC 48/IFRS 09 – Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48, equivalente a norma internacional de contabilidade IFRS 09, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

CPC 33 (R1) /IAS 19 – Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações a este pronunciamento contábil abordam a contabilização quando da alteração, redução ou liquidação de um plano durante o seu período-base. Tais mudanças foram realizadas para clarificar o que deve ser feito pela companhia quando os planos são alterados, reduzidos ou liquidados durante o período-base. Dessa forma, a Companhia deve: (i) determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento; e (ii) determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido. Tais mudanças não impactaram a Companhia.

Os demais pronunciamentos novos e/ou alterados já emitidos não são aplicáveis às atividades operacionais da Companhia e por conta disso a Companhia não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações contábeis.

3.14 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

A composição das Contas a Receber estão apresentadas como segue:

DESCRIÇÃO – R\$ Mil	VALORES CORRENTES											TOTAL 2025	TOTAL 2024
	CORRENTES A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão para Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA			
	Até 60 Dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de Energia	17.816	-	6.010	105	133	1.609	(1.408)	66	40	6	94	24.471	19.396
- Residencial	3.983	-	3.746	72	58	748	(882)	43	18	4	73	5.399	5.399
- Industrial	1.013	-	835	-	17	189	(195)	16	9	-	14	1.608	1.608
- Comercial	1.633	-	800	16	13	200	(226)	7	13	2	7	1.829	1.829
- Rural	134	-	85	1	2	9	(8)	-	-	-	-	218	218
- Poderes Públicos	195	-	56	-	-	1	-	-	-	-	-	233	233
- Iluminação Pública	521	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	373	373
- Serviço Público	102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400	400
- Luz Fraternal	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	75
- Outras cobranças	515	-	488	16	43	462	(97)	-	-	-	-	1.599	1.599
- Fornecimento Não Faturado	9.677	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.662	7.662
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	17.816	-	6.010	105	133	1.609	(1.408)	66	40	6	94	24.471	19.396

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

5. - Imobilizado

5.1 - A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/24	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/25	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/25	Valor Líquido em 31/12/24	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	160.864	11.737	(2.177)	-	(1.072)	169.352	9.560	(88.466)	80.886	76.444	(55.425)	22.887	(32.539)
Maquinas e Equipamentos	154.765	11.737	(2.081)	-	(1.052)	163.370	9.657	(84.076)	79.294	74.307	(55.425)	22.887	(32.539)
Veículos	6.099	-	(97)	-	(20)	5.982	(97)	(4.391)	1.592	2.137	-	-	-
Administração	8.555	263	(103)	-	68	8.646	159	(4.258)	4.388	4.383	-	-	-
Terrenos	2.503	-	-	-	-	2.503	-	-	2.503	2.503	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.430	-	-	-	-	3.430	-	(2.646)	784	818	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	1.817	114	(18)	-	(27)	1.886	96	(1.189)	697	735	-	-	-
Veículos	77	-	(41)	-	(36)	-	(41)	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	728	149	(44)	-	(5)	827	105	(424)	404	328	-	-	-
Comercialização	156	-	46	-	-	111	46	70	41	88	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	28	-	-	-	-	28	-	(10)	17	22	-	-	-
Veículos	109	-	(46)	-	-	63	(46)	(47)	16	57	-	-	-
Móveis e Utensílios	20	-	-	-	-	20	-	(12)	8	9	-	-	-
Subtotal	169.575	12.000	(2.327)	-	(1.140)	178.109	9.674	(92.795)	85.315	80.915	(55.425)	22.887	(32.539)
Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/24	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/25	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/25	Valor Líquido em 31/12/24	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	7.432	10.972	-	(11.922)	-	6.482	(950)	-	6.482	7.432	(405)	-	(405)
Maquinas e Equipamentos	7.432	10.972	-	(11.922)	-	6.482	(950)	-	6.482	7.432	(405)	-	(405)
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	56	367	-	423	-	-	56	-	0	56	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	53	202	-	(258)	-	(4)	(56)	-	(4)	56	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	4	16	-	(165)	-	4	-	-	4	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.488	11.338	-	(12.344)	-	6.482	(1.006)	-	6.482	7.488	(405)	-	(405)
Subtotal	177.063	23.339	(2.327)	-	(1.140)	184.591	8.668	(92.795)	91.797	88.404	(55.830)	22.887	(32.944)

5.2 - A composição do intangível é como segue:

Intangível em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/24	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/25	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/25	Valor Líquido em 31/12/24
Distribuição	995	-	-	-	-	995	-	(337)	658	790
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	995	-	-	-	-	995	-	(337)	658	790
Administração	1.936	-	-	-	-	1.936	-	(1.808)	128	203
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	1.936	-	-	-	-	1.936	-	(1.808)	128	203
Comercialização	14	-	-	-	-	14	-	(14)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	14	-	-	-	-	14	-	(14)	-	-
Subtotal	2.945	-	-	-	-	2.945	-	(2.159)	786	993

Intangível em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/24	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/25	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/25	Valor Líquido em 31/12/24
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

5.3 A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição – Máquinas e Equipamentos – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/24	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/25	Adições Líquidas = A – B + C
AIS Bruto	154.765	11.737	(2.081)	-	(1.052)	163.370	9.657
Transformador de distribuição	39.810	2.663	(290)	-	(137)	42.046	2.373
Medidor	13.321	2.538	(360)	-	(11)	15.490	2.178
Redes Baixa Tensão (<2,3 KV)	58.675	3.762	(868)	-	(537)	61.032	2.894
Redes Média Tensão (2,3 a 44KV)	25.151	1.612	(372)	-	(230)	26.161	1.240
Subestações Alta Tensão (primário 88KV a 138KV)	14.826	1.000	-	-	-	15.824	1.000
Veículos	1.613	-	(184)	-	(137)	1.291	(184)
Demais Máquinas e Equipamentos	1.369	164	7	-	-	1.525	156

Obrigações Especiais do AIS Bruto – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/24	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/25	Adições Líquidas = A – B + C
Obrigações Especiais do AIS Bruto – R\$ Mil	52.860	2.565	-	-	-	55.425	2.565
Participações do Consumidor, União, Estados e Municípios, PEE, PDI	50.233	2.565	-	-	-	52.798	3.224
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	2.627	-	-	-	-	2.627	-
Ultrapassagem de demanda	1.673	-	-	-	-	1.673	-
Excedente de reativos	954	-	-	-	-	954	-

Ativo Imobilizado – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação %	2025		2024	
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 31/12/25	Valor Líquido 31/12/24
Em Serviço - AIS					
Distribuição	-	169.352	(88.466)	80.886	76.443
Custo histórico	3,70%	127.077	(56.445)	70.632	64.677
Reavaliação	-	42.275	(32.021)	10.254	11.766
Administração	-	8.646	(4.258)	4.388	4.384
Custo histórico	3,41%	5.104	(2.091)	3.013	2.997
Reavaliação	-	3.542	(2.167)	1.375	1.387
Comercialização	-	111	(70)	41	88
Custo histórico	4,95%	95	(57)	38	85
Reavaliação	-	16	(13)	3	3
		178.109	(92.794)	88.315	80.915

Intangível – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação %	2025		2024	
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido 31/12/25	Valor Líquido 31/12/24
Em Serviço - AIS					
Distribuição	-	995	(337)	658	790
Custo histórico	2,46%	934	(276)	658	789
Reavaliação	-	61	(61)	-	1
Administração	-	1.936	(1.809)	127	203
Custo histórico	8,27%	1.233	(1.111)	122	192
Reavaliação	-	703	(698)	5	11
Comercialização	-	14	(14)	-	-
Custo histórico	-	12	(12)	-	-
Reavaliação	-	2	(2)	-	-
		2.945	(2.160)	785	993

Nota: A Cocel não executou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

Composição das Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição	6,67%
Condutores	3,57%
Estrutura do Sistema (postes)	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Transformador	4,00%
Administração	
Edificação	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de informática	16,67%
Veículos	14,29%

Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que resultou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Composição	CVA 2025			CVA 2024		
	Ativa	Passiva	Líquida	Ativa	Passiva	Líquida
Custo de aquisição de energia	5.899	-	5.899	2.982	2.182	800
Proinfa	240	-	240	16	71	(55)
Conta de Desenv. Energético – CDE	3.958	-	3.958	144	470	(326)
Transporte de Energia Rede Básica	43	59	(16)	3	217	(214)
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	155	103	52	275	21	254
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS	70	63	7	1.028	12	1.016
Neutralidade Parcela A	-	330	(330)	-	1.898	(1.898)
Sobrecontratação de Energia	884	841	43	2.344	-	2.344
Diferimentos de Reposição Tarifária	2.095	133	1.962	2.904	395	2.509
Majoração alíquotas Cofins/Pasep	-	2.606	(2.606)	3.946	7.868	(3.922)
Devoluções tarifárias	4.452	568	3.884	2.769	658	2.111
Total	17.796	4.703	13.093	16.411	13.792	2.619

Ativos e Passivos Regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
Ativos regulatórios em recuperação	6.060	10.922	-	71.028
Ativos regulatórios em formação	11.736	5.489	-	-
Total do Ativo	17.796	16.411	-	71.028
Passivo				
Passivos regulatórios em recuperação	3.240	12.906	-	-
Passivos regulatórios em formação	1.463	886	-	-
Total do Passivo	4.703	13.792	-	-
Líquido	13.093	2.619	-	71.028

7. Empréstimos e Financiamentos

A composição dos empréstimos em 31/12/2025 é como segue:

	2025		2024	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	2.471	3.874	5.428	2.262
Banco Sicoob	2.983	6.538	1.147	9.129
Banco Sicredi	-	-	-	-
Banco Santander	2.987	3.400	810	587
Total	8.441	13.812	7.385	11.978

7.1 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO/LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?
Ativos Financeiros	-	-	-	-	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	1.433	-	1.433	
Saldo final de Caixa – Conta 1101	-	1.433	-	1.433	Sim

7.2 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA	2025	2024
(+) Dívida Bruta: Somatórios de Passivos formados por:		
Empréstimos, Financiamentos e debentures – Curto prazo	(8.440)	(7.385)
Empréstimos, Financiamentos e debentures – Longo prazo	(13.812)	(11.978)
Parcelamento de tributos	(20.521)	(7.504)
Passivos financeiros setoriais	(3.068)	(6.808)
	(45.841)	(33.675)
Ativos Financeiros: Somatório de Ativos Formados por:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.433	1.636
Investimentos temporários	294	274
Ativos financeiros setoriais	17.796	12.464
Reembolsos do Fundo da CDE	4.105	3.250
	23.628	17.624
DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA	(22.213)	(16.051)

7.3 Abertura dos Instrumentos Derivativos: A Coel não possui instrumentos derivativos

8. Provisões para Litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, constituíram provisões para 2025 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2025		2024	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 78 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 1.504 mil.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 251 mil.

9. Obrigações Vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Suas obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais em Serviço – R\$ Mil	Depreciação – Taxa Média Anual	Custo histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em Serviço		(16.293)	-	(36.505)	(52.798)
Participação da União, Estados e Municípios	4,00%	(1.852)	-	-	(1.852)
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	(10.583)	-	(36.505)	(47.088)
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	(1.488)	-	-	(1.488)
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	4,00%	(2.370)	-	-	(2.370)
Outros	-	(2.627)	-	-	(2.627)
Ultrapassagem de demanda	4,00%	(1.673)	-	-	(1.673)
Excedente de reativos	4,00%	(954)	-	-	(954)
(-) Amortização Acumulada – AIS		5.729	-	16.257	21.986
Participação da União, Estados e Municípios	-	199	-	-	171
Participação Financeira do Consumidor	-	4.015	-	16.257	20.272

Pesquisa e Desenvolvimento	-	207	-	-	207
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	-	1.308	-	-	1.308
Outros	-	753	-	-	753
Ultrapassagem de demanda	-	581	-	-	581
Excedente de reativos	-	319	-	-	319
TOTAL	3,75%	(6.649)	-	(20.248)	(30.812)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais em Curso – R\$ Mil	Saldo inicial em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências	Saldo Final em 31/12/2025
Em Curso	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(381)	(1.223)	-	1.408	(196)
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	(66)	-	-	66	-
Valores pendentes de recebimento	(163)	(1.078)	1.032	-	(209)
Outros	14	-	-	(14)	-
TOTAL	(596)	(2.301)	1.032	1.460	(405)

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2025	2024
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Reserva de Capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

Reserva de Lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2025	2024
Resultado do exercício	(1.993)	3.816
(-) Reserva legal 5%		(191)
Resultado a distribuir	(1.993)	3.625
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	-	-
Reserva estatutária para investimento	(1.993)	3.625
	-	-

11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		Consumo MWh		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento de energia – Faturado	60.379	58.721	205.797	214.011	147.078	144.598
Residencial	54.651	52.782	118.211	111.228	87.991	79.277
Industrial	306	331	22.380	30.537	14.917	18.905
Comercial	3.594	3.536	38.847	39.968	28.842	28.509
Rural	1.389	1.622	6.450	6.541	4.405	4.395
Poder Público	380	384	4.613	4.460	3.498	3.193
Iluminação Pública	1	1	13.432	12.645	6.146	5.259
Serviço Público	55	62	1.725	8.499	1.279	5.060
Consumo Próprio	3	3	139	134	-	-
Fornecimento – Não faturado	-	-	-	-	2.015	441
Uso da Rede Elétrica de Distribuição	88	59	183.015	151.992	48.822	39.457
Consumidores Livres	88	59	183.015	151.992	48.822	39.457
(-) Transferências p/Obrigações Especiais	-	-	-	-	(102)	(64)
(-) Ultrapassagem da Demanda	-	-	-	-	(36)	(53)
(-) Excedente de Reativos	-	-	-	-	(66)	(11)
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	17.792	20.397
Constituição/Amort. – CVA Ativa/Passiva	-	-	-	-	7.331	(194)
Constit./Amort. – Demais Ativos/Passivos regulatórios	-	-	-	-	10.461	20.591
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	17.913	11.538
Outras Receitas	-	-	-	-	7.587	8.370
Serviços cobráveis	-	-	-	-	479	920
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	4.707	5.593
Serviços prestados de manut. Iluminação Pública	-	-	-	-	3.043	2.391
Outras receitas diversas	-	-	-	-	76	207
(-) Tributos sobre outras receitas	-	-	-	-	(718)	(741)
TOTAL	60.467	58.780	388.812	366.003	241.105	224.737

12. Pessoal e Administradores

Pessoal	2025	2024
Remuneração	12.220	12.490
Encargos	4.813	4.879
Previdência privada	64	63
Assistência médica	1.073	1.223
Vale alimentação	1.738	1.779
Participação do Lucro no Resultado	-	-
Programa de demissão voluntária (PDV)	798	2.183
Outros	82	80
(-) Transferência p/ordens em curso	(2.808)	(2.571)
	17.980	20.126
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselhos)	1.633	1.717
Encargos	445	375
Participação do Lucro no Resultado	-	-
Benefícios aos administradores	76	74
	2.154	2.166
TOTAL	20.134	22.292

13. Revisão e Reajuste Tarifário

13.1 Revisão Tarifária Periódica – 2021

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2887 de 22/06/2021.

As tarifas de aplicação da Cotel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.706, de 23 de junho de 2020, ficam, em média, reajustadas em 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 14,08%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 8,52% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.2 Reajuste tarifário anual – 2022/2023

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.052 de 28/06/2022.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.887, de 22 de junho de 2021, alterada pela Resolução Homologatória nº 3.009, de 1º de fevereiro de 2022, ficam, em média, reajustadas em 10,59% (dez vírgula cinquenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 23,15%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 2,04% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.3 Reajuste tarifário anual – 2023/2024

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.211 de 27/06/2023.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 3052, de 28 de junho de 2022, ficam, em média, reajustadas em -3,89% (menos três vírgula oitenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo -14,42%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 3,70% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.4 Reajuste tarifário anual – 2024/2025

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.337 de 25/06/2024

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 3.211, de 27 de junho de 2023, ficam, em média, reajustadas em -8,72% (menos oito vírgula setenta e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo -5,72%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de -10,35% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.5 Reajuste tarifário anual – 2025/2026

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.476 de 25/06/2025

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 3.337, de 25 de junho de 2024, ficam, em média, reajustadas em 22,47% (menos oito vírgula setenta e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 24,57%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 21,44% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

14. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no quinto ciclo de revisão tarifária (5CRTP) deve ser “blindada”. Entendem-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-bases do quarto ciclo e da atual revisão tarifária, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do quarto ciclo e da atual revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da atual revisão tarifária;
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária;

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração aos acionistas e a quota de reintegração regulatória.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	129.552.036
(2) Índice de Aproveitamento Integral	2.330.232
(3) Obrigações Especiais Bruta	36.504.817
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.968.667
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	71.748.320
(6) Depreciação Acumulada	69.006.502
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	60.545.534
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	791.104
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	59.754.430
(10) Almoarifado em Operação	1.798.763
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	24.275.339
(13) Terrenos e Servidões	6.913
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	37.284.766
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	37.284.766
(16) WACC antes de impostos	10,64%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	3.965.397
(18) Base Obrigações Especiais	36.504.817
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	2,33%
(20) Remuneração das Obrigações Especiais	850.209
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)	4.815.606
(25) Taxa de Depreciação	4,03%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	2.891.457

15. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	16.222.767
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	7.300.245
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.946.732
(4) Base de Anuidade – Sistemas de informática (BARI)	6.975.790
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	762.578
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	381.626
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.687.140
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	2.831.344

15.1. Ajuste da parcela “B” em função do índice de ajuste de mercado e do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade

O índice de ajuste de mercado considera os ganhos potenciais de produtividade no ano anterior à revisão tarifária (período de referência), e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes. O Fator de Ajuste de Mercado, calculado para aplicação na atual revisão tarifária, é de **0,69%**.

O Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade busca incentivar a melhoria contínua dos indicadores, além de observar o desempenho entre as concessionárias, ajusta o valor da Parcela B na revisão tarifária de acordo com o comportamento dos indicadores de qualidade técnico e comercial da distribuidora. O Fator de Ajuste de Qualidade, calculado para aplicação na atual revisão tarifária, foi definido em **-0,08%**.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Parcela B ajustada da revisão tarifária da COCEL.

Descrição	Valores (R\$)
Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM)	18.016.778
Custos Operacionais (CO)	18.016.778
Custo Anual dos Ativos (CAA)	10.538.407
Remuneração do Capital (RC)	4.815.606
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	2.891.457
Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI)	2.831.344
Parcela B (VPB)	28.555.185
Índice de Produtividade da Parcela B	0,69%
Mecanismo de Incentivo à Qualidade	-0,08%
Parcela B com ajustes	28.381.940

16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

ATIVO	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.433	-	1.433	1.636	-	1.636
Consumidores	23.667	-	23.667	18.426	-	18.426
Encargos de Uso da rede elétrica	252	-	252	2.204	-	2.204
Serviços em curso	978	-	978	2.810	-	2.810
Tributos compensáveis	3.499	-	3.499	700	-	700
Almoxarifado operacional	1.374	-	1.374	1.565	-	1.565
Despesas pagas antecipadamente	39	-	39	59	-	59
Ativos regulatórios	17.796	-	17.796	16.411	-	16.411
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	4.450	-	4.450	3.447	-	3.447
Outros ativos circulantes	4.616	-	4.616	4.603	-	4.603
	58.105	-	58.105	51.859	-	51.859
Não Circulante						
Tributos compensáveis	63.639	-	63.639	734	-	734
Depósitos judiciais e cauções	139	-	139	69	-	69
Investimentos temporários	294	-	294	274	-	274
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	71.028	-	71.028
Ativo financeiro indenizável	-	(6.094)	6.094	-	(6.094)	6.094
	64.072	(6.094)	70.166	72.105	(6.094)	78.199
Investimentos	1	-	1	1	-	1
Imobilizados em serviço	85.315	85.315	-	80.915	80.915	-
Imobilizado em curso	6.482	6.482	-	7.488	7.488	-
Intangível em serviços	786	(67.584)	57.401	993	(52.419)	53.412
Intangível em curso	-	(6.482)	6.482	-	(7.488)	7.488
	92.583	17.730	63.884	89.397	28.497	60.900
	156.655	11.636	134.050	161.502	22.403	139.100
Total do Ativo	214.760	11.636	192.155	213.361	22.403	190.959

PASSIVO	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Fornecedores	9.122	-	9.122	10.392	-	10.392
Empréstimos e financiamentos	8.441	-	8.441	7.385	-	7.385
Obrigações sociais e trabalhistas	2.144	-	2.144	2.371	-	2.371
Tributos	20.934	-	20.934	10.714	-	10.714
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	5.241	-	5.241	5.241	-	5.241
Encargos setoriais	3.064	-	3.064	5.216	-	5.216
Passivos regulatórios	4.703	-	4.703	13.792	-	13.792
Outros Passivos circulantes	6.890	-	6.890	3.779	-	3.779
	60.537	-	60.537	58.891	-	58.891
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	13.812	-	13.812	11.978	-	11.978
Tributos	8.767	-	8.767			
Passivos financeiros setoriais	971	971	-	884	884	-
Obrigações especiais	32.944	32.944	-	32.802	32.802	-
Outros Passivos não circulantes	49.863	-	49.863	57.416	-	57.416
	106.357	33.915	72.443	103.080	33.686	69.394
Patrimônio Líquido						
Capital Social	50.000	-	50.000	50.000	-	50.000
Reservas de capital	16.967	7.792	9.175	18.960	6.286	12.674
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(19.101)	(19.101)	-	(17.569)	(17.569)	-
	47.866	(7.845)	59.175	51.391	(11.284)	62.674
Total do Passivo	214.760	26.069	192.155	213.361	22.403	190.959

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita Operacional						
Fornecimento de Energia Elétrica	149.093	-	149.093	145.039	-	141.486
Disponibilização do sistema de distribuição	49.823	-	49.823	39.457	-	40.147
Ativos e Passivos financeiros regulatórios	17.792	-	17.792	20.397	-	(3.352)
Doações, contribuições e Subvenções	17.913	-	17.913	11.538	-	14.999
Ultrapassagem de demanda e reativos	(101)	(101)	-	(64)	(64)	-
Receita de construção	-	(10.764)	10.764	-	(9.225)	9.225
Outras receitas	7.587	-	7.587	8.370	-	8.370
	241.105	(10.865)	251.971	224.737	(9289)	234.027
Deduções da Receita Operacional						
Tributos						
ICMS	(44.176)	-	(44.176)	(40.629)	-	(35.245)
Cofins/Pasep/Pis s/vendas	(15.922)	-	(15.922)	(14.453)	-	(14.453)
Encargos Parcela A						
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	(39.195)	-	(39.195)	(28.493)	-	(28.493)
Taxa de fiscalização	(153)	-	(153)	(137)	-	(137)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(1.326)	-	(1.326)	(1.288)	-	(1.288)
Outros encargos	(293)	-	(293)	(1.536)	-	(1.536)
	(101.065)	-	(101.065)	(86.537)	-	(86.537)
Receita Operacional Líquida	140.040	(10.865)	150.906	138.200	(9.289)	147.490
Custos não gerenciáveis – parcela B						
Energia elétrica comprada para revenda	(56.801)	-	(56.801)	(50.630)	-	(50.630)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(45.814)	-	(45.814)	(44.568)	-	(44.568)
	(102.615)	-	(102.615)	(95.198)	-	(95.198)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	37.426	(10.865)	48.291	43.003	(9.289)	52.292
Custos gerenciáveis – parcela B						
Pessoal e Administradores	(20.134)	-	(20.134)	(22.292)	-	(22.292)
Material	(1.867)	-	(1.867)	(1.722)	-	(1.722)
Serviço de terceiros	(12.393)	-	(12.393)	(9.965)	-	(9.965)
Arrendamento e alugueis	(345)	-	(345)	(293)	-	(293)
Seguros	(106)	-	(106)	(60)	-	(60)
Doações, Contribuições e Subvenções	(68)	-	(68)	(25)	-	(25)
Provisões	34	-	34	(133)	-	(133)
(-) Recuperação de despesas	337	-	337	337	-	337
Tributos	(67)	-	(67)	(66)	-	(66)
Depreciação e amortização	(2.354)	1.607	(3.961)	(2.872)	1.597	(4.469)
Custo com construção	-	10.764	(10.764)	-	(9.225)	9.225
Gastos diversos	(1.650)	-	(1.650)	(805)	-	(805)
	(38.614)	12.371	(50.985)	(37.896)	10.822	(48.718)
Resultado da Atividade de Concessão	(1.188)	1.506	(2.694)	5.107	1.533	3.574
Resultado Financeiro						
Despesas financeiras	(10.060)	-	(10.060)	(5.986)	-	(5.986)
Receitas financeiras	10.033	-	10.033	6.999	-	6.999
	(27)	-	(27)	1.013	-	1.013
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(1.215)	1.506	(2.721)	6.120	1.533	4.588

Imposto de renda PJ/Contrib.Social s/Lucro Líquido	(778)	-	(778)	(2.304)	-	(2.304)
Participação nos lucros	-	-	-	-	-	-
Reversão dos juros s/Capital próprio	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do exercício	(1.993)	1.506	(3.499)	3.816	1.533	2.283

16.1 Conciliação do Imobilizado/intangível societário e regulatório

	2025	2024
Saldos no final do exercício societário	57.401	53.412
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	11.637	13.167
Obrigações especiais	10.969	9.235
Transferência para conta Ativo financeiro indenizável	6.094	6.094
Saldo no fim do exercício regulatório	86.101	81.908

16.2 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Com a aprovação da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28/06/2016/Aneel, e respectiva Nota técnica nº 208/2016, que aprovou o 4º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica, determina-se que se aplique o Valor Novo de Referência (VNR), para as contas de Obrigações Especiais, além das contas do grupo do Imobilizado.

A diferença de R\$ 1.727 mil, refere-se às transferências contabilizadas na regulatória dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos, conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

	2025	2024
Saldos no final do exercício societário	10.969	9.235
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	20.248	21.747
Transferências dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos	1.727	1.820
Saldo no fim do exercício regulatório	32.944	33.802

16.3 Patrimônio Líquido - Reservas de Capital

Os ajustes são decorrência dos resultados contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

16.5 Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação e ajustes patrimoniais

São ajustados no Patrimônio Líquido a diferença existente entre a contabilização do Valor Novo de Referência – VNR aprovada na 5ª Revisão Tarifária Periódica ocorrida em junho/2021.

16.6 Receita Operacional – Transferência da Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos

O valor de R\$ 101 mil, refere-se à contabilização para Obrigações especiais de valores deduzidos do faturamento de energia que se referem a ultrapassagem da demanda e reativos conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico. Transferido após para conta do Passivo Circulante – Passivos Financeiros Setoriais, conforme comentado no item 16.2.

16.7 Depreciação e Amortização

Os ajustes são decorrentes da amortização dos valores de VNR – Valor Novo de Reposição, registrados no decorrer das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) nas contas de Obrigações Especiais e dos valores transferidos da Receita Operacional referente a ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER. São valores que de acordo com a natureza das práticas contábeis, divergem da Contabilidade Societária.

16.8 Despesas Financeiras

Ajustes de atualizações da Selic exclusivo da Contabilidade Regulatória calculados sobre valores registrados no Passivo Não Circulante, decorrentes de ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER conforme instruções do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

17. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro Líquido conforme a contabilidade societária	(3.499)	2.283
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	1.506	1.533
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01):		
Receita de construção	(10.764)	(9.225)
Custo de construção	10.764	9.225
Depreciação/amortização	1.607	1.597
Ultrapassagem de demanda – UD e excedente de reativo – ER	(101)	(64)
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	(1.993)	3.816

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 027/1998 – ANEEL.

A partir desta data, a Cocal passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

18. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial e financeira, ou que possam provocar efeitos sobre os resultados das operações da Entidade.

Rafael Rogiski
Diretor Presidente

Henrique Gesser
Diretor Técnico

Luciano Marcos Klos
Diretor Econômico/Financeiro

Samir Moussa
Diretor Administrativo

Odair Sales
Contador CRC/PR 056806/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2025, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 29 de abril de 2026.

Bárbara Lunardon
Presidente

Keila Eliane Alberton Martini
Conselheira

João Alfredo de Moraes
Conselheiro

Bianca Moraes Coelho
Conselheira

Leniro Zanlorensi
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 29 de abril de 2026.

Ivo Cezario Gobbato de Carvalho
Presidente

José Peterson Vidal
Conselheiro

Cassieli Muiniki
Conselheira

Fernando Schiavon
Conselheiro

Jaqueline Santos da Silva
Conselheira

Rodrigo da Rocha Stremel Torres
Conselheiro

Kevvy Vela Souza
Conselheiro

Dante Vanin
Conselheiro

Rosangela Leandro Pelizzari Manenti
Conselheira

Murilo Nogueira
Conselheiro

Fledinei Borges Licheski
Conselheiro